

Acta N.º 07/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	241

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 07/2011 DE 17 DE MARÇO**

----- Aos dezassete dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a sétima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Manuel Marques Custódio e Dr.^a Ana Cristina Ribeiro Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- Não Compareceu à reunião o Vereador em regime de não permanência, Sr. Dr. Avantino Loureiro Beleza. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. ----

----- INFORMAÇÕES -----

----- Foram prestadas as seguintes informações pelos membros do executivo: -----

----- **a) Prestação de contas do exercício de dois mil e onze.** -----

----- O Sr. Presidente informou que conta em próxima reunião apresentar os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de dois mil e dez. -----

----- **b) Encerramento de escolas do 1.º CEB no próximo ano lectivo.** -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio informou que teve conhecimento recentemente através da imprensa escrita, no caso o “Correio da Manhã”, de que o Ministério da Educação estaria a preparar o encerramento de cerca de 430 escolas do 1.º CEB no próximo ano lectivo, entre as quais figura a Escola do 1.º CEB da Queiriga. Questionou o Sr. Presidente sobre se tem conhecimento de desenvolvimentos sobre esta matéria, e solicitou-lhe que junto do Ministério da Educação envidasse todos os esforços no sentido de evitar o encerramento daquela escola, manifestando o descontentamento da população no caso de se verificar o encerramento, já que a deslocação dos alunos da Queiriga para a Escola do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva seria significativamente desfavorável, dadas as condições que os alunos dispõem na referida Escola da Queiriga. -----

----- O Sr. Presidente informou que está atento à situação. No próximo ano lectivo prevê-se que aquela escola irá contar com treze alunos que, muito embora cubram os quatro níveis

do 1.º CEB, certo é que actualmente não se dispõem de condições adequadas para a deslocação dos alunos da Queiriga para a escola de Vila Nova de Paiva, tendo aliás feito essa referência ao coordenador de estabelecimentos da DREC em reunião havida no passado dia 18 de Fevereiro, e manifestado vivamente que entende que a Escola da Queiriga só poderá eventualmente encerrar depois de edificado o Centro Educativo de Vila Nova de Paiva. No entanto também lembrou ao Sr. Vereador que já na preparação do corrente ano lectivo era dado como certo o encerramento da dita escola o que não se veio a verificar. -----

----- **c) Transferências de competências para os municípios no domínio da educação.**

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos informou que no passado dia 14 de Março participou numa conferência em Lisboa, que teve lugar na Assembleia da República, cuja temática era sobre as transferências de competências para os municípios no domínio da educação. Estiveram presentes muitos autarcas, directores de agrupamentos e outros agentes da educação e o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. No entanto não estiveram presentes nem o Senhor Secretário de Estado da Administração Local nem a Senhora Ministra da Educação. Foram abordados vários assuntos, nomeadamente o facto de somente cento e doze municípios terem assinado contrato de execução com o Governo para a transferência de competências quanto ao pessoal não docente, actividades de enriquecimento curricular e gestão do parque escolar, bem como os constrangimentos decorrentes de tal transferência, nomeadamente quanto ao modo de cálculo das verbas a transferir para os municípios, a necessidade de separação entre verbas para apetrechamento e verbas para manutenção, tendo também sido ventilado no que diz respeito às actividades de enriquecimento curricular, que o financiamento deveria ser por sala e não por aluno como actualmente previsto. -----

----- **d) “Paivaescapes”.** -----

----- A Sr. Vereadora Ana Cristina Santos referiu-se ainda à iniciativa “Paivaescapes” a que este Município aderiu, e na qual esteve presente, tendo informado que foi deselegante por parte da organização a cobrança de cinco euros, mesmo aos convidados para o evento.

----- O Sr. Presidente informou que desconhecia tal situação no entanto é de lamentar o sucedido. -----

----- **e) Procedimentos concursais.** -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio questionou o Sr. Presidente sobre o ponto de situação do procedimento concursal para recrutamento de trabalhadores para ocupação de dois postos de trabalho por tempo indeterminado na categoria de encarregado operacional, da carreira geral de assistente operacional. -----

----- O Sr. Presidente informou que, por imposição de disposições da Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano em curso, desde um de Janeiro e pelo período de um ano, foram

Acta N.º 07/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	241

suspensos os procedimentos concursais para ocupação de postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado abertos nomeadamente para categorias superiores de carreiras gerais (caso da categoria de encarregado geral), sem prejuízo da sua cessação pelo dirigente máximo do serviço. Dado o horizonte temporal da suspensão, o Sr. Presidente informou que, nestas circunstâncias, entendeu fazer cessar o procedimento. Mais informou que também determinou a cessação do procedimento concursal aberto para ocupação de um posto de trabalho por tempo indeterminado na categoria de técnico superior da área de arquivo. -----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a) 2.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2011** – Conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 16.02.2011, de aprovação da alteração. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação dos textos definitivos das actas** das reuniões extraordinária de 27 de Fevereiro e Ordinária do dia 03 de Março do ano em curso. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar os textos definitivos das actas em epígrafe. -----

----- **2 – Ana Cristina Ribeiro dos Santos, Vereadora em regime de não permanência** – Por e-mail de 24 de Fevereiro, solicita justificação de falta à reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de Fevereiro do ano em curso. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a falta à reunião. -----

----- A Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos não participou na discussão deste assunto, tendo-se ausentado e regressado após votação. -----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----**Licenciamento de Obras Particulares**-----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 15 e 28 Fevereiro de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Fernando Reis Morais, de Vila Cova à Coelheira** – Licença Administrativa; alteração e ampliação (legalização) de um edifício destinado a habitação e comércio, no Lugar da Ladeira, em Vila Cova à Coelheira – Processo n.º 431/1984 - Parecer técnico n.º FJ-061/2011, de 11.02.2011.-----

----- Este assunto foi retirado da ordem do devendo ser presente em próxima reunião. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Associação Unidos de Vila Cova à Coelheira** – Por ofício registado a 4 de Março dão conhecimento da realização desfile de Carnaval, no dia 8 de Março, em Vila Cova à Coelheira, e solicitam apoio para a realização do evento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, dada a tradição do evento. -----

----- **b) Otilia Pereira Gomes Branco, de Pendilhe** – Por requerimento registado em 23 de Fevereiro de 2011, apresenta candidatura ao incentivo pecuniário com o nascimento do 3.º Filho e seguintes - Informação N.º 03/SASS/2011, de 01 de Março, da Divisão Social e Cultural. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade tomar conhecimento da informação e autorizar a atribuição de um incentivo pecuniário no montante de mil euros pelo nascimento do 4.º filho, conforme regulado pela Deliberação de 16 de Maio de 2007, alterada pela Deliberação de 1 de Abril de 2009. -----

----- **c) Conhecimento dos contratos de fornecimento de águas e de águas residuais da ATMAD, SA.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **d) Gestão dos recursos humanos em função do Mapa de Pessoal e orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2011** – Apreciação e votação da proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 10 de Março de 2011. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor integral: -----

----- “Considerando que:

1) O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva para vigorar no ano de 2011, bem como o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano (GOP), foram aprovados pela Assembleia Municipal na sessão ordinária que teve lugar no dia 27 de Dezembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 16 de Dezembro de 2010;

2) Dispõe o n.º 2, do art.º 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (doravante LVCR), rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, e alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010,

Acta N.º 07/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	241

de 2 de Setembro e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que face ao mapa de pessoal aprovado, sendo insuficiente o número de trabalhadores em funções, o órgão ou serviço, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 e nos n.ºs 3 e 4 do art.º 7.º da LVCR, pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho em causa;

3) De harmonia com o disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que adaptou à administração autárquica a LVCR, o recrutamento nas condições previstas no n.º 2 do art.º 6.º da LVCR e referidas no número anterior, é precedido de aprovação da Câmara Municipal, sendo o sentido e a data da deliberação expressamente mencionados no procedimento do recrutamento;

4) De acordo com o n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, o procedimento do recrutamento referido no número anterior observa as injunções decorrentes do disposto no art.º 6.º da LVCR, e do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro;

5) Nos termos do disposto nas alíneas a) e c), do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, compete à Câmara Municipal decidir, respectivamente:

a) Sobre o montante máximo dos encargos com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no Mapa de Pessoal aprovado, que compreende:

– o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado; e

– o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo.

b) Sobre o montante máximo de encargos com a atribuição de prémios de desempenho aos trabalhadores da Câmara Municipal fixando, conforme art.º 13.º do referido Decreto-Lei n.º 209/2009, fundamentadamente, o universo dos cargos e o das carreiras e categorias onde a atribuição de prémios de desempenho pode ter lugar, com as desagregações necessárias do montante disponível em função de tais universos, sendo que tal fixação não será necessária dado não ter sido aplicada nesta Câmara Municipal a legislação em matéria de avaliação de desempenho, pelo que não é definida dotação de verbas para efeitos de atribuição de prémios de desempenho, por não se verificarem os pressupostos legais para o efeito.

6) Dispõe, por sua vez, o n.º 8 do art.º 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2010, que às autarquias locais não abrangidas pelas situações de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira como tal definidas no art.º 41.º da Lei das Finanças Locais aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – caso deste Município – se aplica, em 2011, o disposto no art.º 10.º da Lei n.º 12-

A/2010, de 30 de Junho, em matéria de recrutamento de trabalhadores, desde que, por um lado, por força da alínea c), do n.º 2, e n.º 11, do art.º 24.º da mesma Lei n.º 55-A/2010, se trate de recrutamento de trabalhadores somente para as categorias de técnico superior da carreira geral (unicategorial) de técnico superior e categorias base de carreiras gerais pluricategoriais (isto é, para a categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico ou para a categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional), bem como para categorias de ingresso de carreiras não revistas ou subsistentes e, por outro lado, se apliquem nos procedimentos concursais as regras de determinação do posicionamento remuneratório nos termos previstos no art.º 26.º da mencionada Lei n.º 55-A/2010;

7) Por interpretação “a contrario” do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, aplicável às autarquias locais por força do seu art.º 10.º, resulta como regra geral de recrutamento a possibilidade de abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, desde que o âmbito de recrutamento se restrinja a candidatos possuidores de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e, por força do articulado no n.º 1 do art.º 10.º da mesma Lei n.º 12-A/2010, mediante prévio parecer favorável da Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, nos termos dos artigos 4.º e 9.º Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

8) Ao abrigo do n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 10-A/2010, em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os municípios poderão proceder à abertura de procedimentos concursais destinados também a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, desde que autorizado pela Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara (n.º 3 do art.º 10.º), dependendo da verificação cumulativa dos seguintes dois requisitos:

a) Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da LVCR, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

9) A verificação da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da LVCR, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, será suscitada no âmbito dos próprios procedimentos concursais para a constituição de relações jurídicas

Acta N.º 07/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	241

de emprego público nas modalidades por tempo indeterminado, tempo determinado (termo resolutivo certo) ou determinável (termo resolutivo incerto), pela observação nomeadamente das prioridades legais de recrutamento decorrentes, respectivamente, dos n.ºs 4 ou 5 do art.º 6.º, e alínea d), do n.º 1, do art.º 54.º, ambos da LVCR.

10) *A tramitação dos procedimentos concursais de recrutamento de trabalhadores é regulada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 12/2009, de 10 de Fevereiro.*

11) *No Mapa de Pessoal em vigor para o ano em curso foram propostos e aprovados para a Divisão Social e Cultural (DSC) treze postos de trabalho, um para a categoria de assistente técnico da carreira geral de assistente técnico e doze para a categoria de assistente operacional da carreira geral de assistente operacional, e para a Divisão de Obras Municipais (DOM) um posto de trabalho para a categoria de assistente técnico da carreira geral de assistente técnico, todos a ocupar com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado – actualmente estão previstos e ocupados idêntico número de postos de trabalhos a termo resolutivo certo – cujas funções e actividades a eles adstritas, ligadas fundamentalmente a actividades de acção educativa junto dos estabelecimentos públicos de ensino e jardins-de-infância, a actividades na área do turismo no Auditório Municipal e actividades de topografia na Divisão de Obras Municipais, configuram necessidades permanentes daquela unidade orgânica e deste Município, pelo que será de reconhecer o relevante interesse público no recrutamento de trabalhadores para ocupação dos referidos postos de trabalho.*

Assim, face ao exposto, e em conformidade com o disposto no n.º 8 do art.º 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e tendo em vista os projectos, atribuições e actividades municipais a realizar no âmbito da Divisão Social e Cultural (DSC) e da Divisão de Obras Municipais (DOM), tenho a honra de propor que Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo do n.º 3 do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, e para efeitos do n.º 2 do mesmo artigo, delibere:

1.º) *Reconhecer a existência de relevante interesse público no recrutamento de trabalhadores para ocupação dos catorze postos de trabalho acima referidos, por recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, dado que as funções e actividades adstritas aos referidos postos de trabalho configuram necessidades permanentes dos serviços, e haver carência de recursos humanos nos sectores de actividade em que se encontram inseridos;*

2.º) *Autorizar o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação dos referidos catorze postos de trabalho previstos, e não ocupados, no Mapa de Pessoal*

aprovado, em regime de tempo inteiro ou tempo parcial, conforme abaixo indicado, para integração nas categorias base das carreiras gerais de assistente técnico e assistente operacional, mediante abertura de procedimentos concursais cuja tramitação é regulada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, podendo ser candidatos aos procedimentos concursais os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, bem como, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade municipal, e ao abrigo do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público, devendo os Júris dos procedimentos observar as respectivas prioridades legais de recrutamento nos termos previstos no n.º 4 do art.º 6.º e alínea d), do n.º 1, do art.º 54.º, ambos da LVCR.

3.º) Aprovar os montantes máximos de encargos previstos para o ano de 2011 com o referido recrutamento e abaixo indicados, nos termos e efeitos a que se refere a alínea a), do n.º 2, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, e tendo em consideração as regras de determinação do posicionamento remuneratório definidas, a partir de 1 de Janeiro de 2011, pelo art.º 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Recrutamentos a efectuar para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado

<i>Unidade Orgânica/ Serviço</i>	<i>Carreira</i>	<i>Categoria</i>	<i>Área de actividade</i>	<i>N.º</i>	<i>Despesa Prevista (em meses)</i>
<i>Divisão de Obras Municipais (DOM)</i>	<i>Assistente Técnico</i>	<i>Assistente Técnico</i>	<i>Área de Topografia</i>	<i>1</i>	<i>€ 4.080,78 (6 meses)</i>
<i>Divisão Social e Cultural (DSC)</i>	<i>Assistente Técnico</i>	<i>Assistente Técnico</i>	<i>Área de Turismo</i>	<i>1</i>	<i>€ 4.080,78 (6 meses)</i>
	<i>Assistente Operacional</i>	<i>Assistente Operacional</i>	<i>Área de Acção Educativa</i>	<i>3</i>	<i>€ 8.730,00 (6 meses)</i>
	<i>Assistente Operacional</i>	<i>Assistente Operacional</i>	<i>Área de Acção Educativa (*)</i>	<i>9</i>	<i>€ 18.707,22 (6 meses)</i>

() Com horário de trabalho semanal de 25 horas*

<i>Total</i>	<i>14</i>	<i>€ 35.598,78</i>
---------------------	------------------	---------------------------

----- O Executivo tomou conhecimento, e recebeu exemplares, da Informação n.º 04/2011, de 31 de Janeiro, do Chefe da DAF, relativa ao controlo do recrutamento de trabalhadores

Acta N.º 07/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	241

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com voto contra da Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos e abstenção do Sr. Vereador Manuel Custódio, aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

[illegible]